



Frente Base

Conjuntura nacional e internacional

A situação política internacional continua marcada pela crise econômica mundial que estourou em 2008 e ainda não se resolveu, ao contrário, teve seus efeitos aprofundados com a pandemia e com a redução da produção em nível mundial. Isso pode ser observado a partir da diminuição do ritmo de crescimento econômico da China e a estagnação econômica dos EUA e dos países da União Europeia, gerando um efeito cascata em todos os países dependente, colônias e semicolônias.

Em busca de saída para a crise, a burguesia e o imperialismo têm aprofundado as relações de exploração do trabalho com: aumento das desregulamentações, ampliação da uberização (pejotização) do trabalho, desenvolvimento de novas tecnologias (5G, IA, Indústria 4.0), e extração de riquezas via endividamento público dos países dependentes.

A disputa entre as principais potências capitalistas na exploração das colônias, a crise de lastro do dólar, e o endividamento dos EUA, têm resultado em disputas interimperialistas como os enfrentamentos entre China e EUA, e a invasão da Rússia à Ucrânia visando conter a expansão imperialista via Otan sobre o leste europeu.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, vimos recentemente uma forte greve geral na França contra a reforma da previdência, fortes manifestações na Inglaterra por melhores salários, e também na China contra as restrições da pandemia. Esses movimentos são exemplos de que a classe trabalhadora não está inerte, ao contrário, resiste à carestia, aos ataques de direitos e por melhores condições de vida.

Por outro lado, a burguesia concentra cada vez mais o capital em suas mãos. O episódio da crise financeira das Americanas no Brasil (que já se alastra para outras varejistas) é uma demonstração de como grandes empresas de vendas online e logística (como Amazon e Shein) estão absorvendo o mercado local. No campo da tecnologia, grandes empresas como Google, Meta, Apple, Microsoft têm feito reestruturações, que resultam em milhares de demissões, se preparando para uma nova etapa do capital.

A desregulamentação do trabalho também avançou muito. Grandes empresas como Uber e Ifood são exemplos de empresas que não garantem nenhum direito trabalhista e que subvertem as leis nacionais para ampliar os lucros, quebrando empresas locais. O teletrabalho e o ensino remoto entram com força na educação, já tendo impacto real nas nossas relações de trabalho.



Frente Base

Compreender a tendência do capital em nível internacional é fundamental para entender o papel do Brasil nessa relação. Nosso país teve uma relativa diminuição do seu parque industrial e o que há, está atrasado em relação às novas tecnologias, perdendo em competitividade internacional na maior parte dos setores. A produção econômica nacional está fundamentada na exportação de commodities agrárias (soja, milho) e extrativismo (minério de ferro, petróleo), enquanto a indústria de transformação tem perdido cada vez mais espaço.

Combinado a esse processo, o endividamento do Estado Brasileiro, através da dívida pública é o grande instrumento do imperialismo para extrair as riquezas nacionais. Esse sistema se manteve durante os governos do PT, se aprofundou com Temer a partir da aprovação da PEC do Teto dos Gastos e continuou com o Governo Bolsonaro.

A derrota eleitoral de Bolsonaro e da ultradireita nas eleições presidenciais e a vitória de Lula e da frente ampla, abrem uma nova fase na situação política brasileira. O governo Bolsonaro ficou marcado por diversos ataques aos serviços públicos e aos próprios servidores, com cortes de verbas da saúde, educação, meio ambiente e arrocho salarial aos servidores. As medidas antissociais, perseguição às mulheres, negros indígenas, pessoas LGBTQs foram também marcas desse período. Além, é claro, da política genocida de imunização de rebanho e distribuição de cloroquina para combater à pandemia da COVID-19, resultando na morte de mais de 700 mil brasileiros.

Embora as manifestações massivas pelo Fora Bolsonaro realizadas em 2021 tenham conseguido derrubar a aprovação do governo, Arthur Lyra, presidente da Câmara segurou os pedidos de impeachment, garantindo a continuidade do governo. Somado a isso, as grandes centrais (CUT, Força Sindical, UGT e CTB) fizeram de tudo para canalizar a indignação do povo contra o governo para as urnas, dizendo: votem em Lula em 2022 que as coisas vão melhorar ou vamos derrotar o fascismo nas urnas.

Essa política deu certo. O PT conseguiu canalizar a rejeição a Bolsonaro no voto a Lula e hoje existe muita expectativa na classe trabalhadora de que a vida vai melhorar com o novo governo ou que pode voltar a ser como antes. No entanto, os compromissos assumidos pelo PT com os partidos do Centrão, da direita tradicional e com aqueles que votaram pelo impeachment de Dilma não permitirão que o PT vá além do discurso de que a vida do povo precisa melhorar.

No entanto, não podemos ignorar que há mudanças na aparência, com a indicação de ministros com representatividade (Silvio de Almeida, Anielle Franco, Sonia Guajajara) e a retomada de algumas políticas sociais compensatórias e de distribuição de renda, como o Bolsa Família e o



Frente Base

Minha Casa, Minha Vida. Sem dúvida, haverá algumas mudanças pontuais que serão bem-vistas pelos trabalhadores, mas não haverá mudanças substanciais enquanto o pagamento da dívida pública for prioridade em detrimento dos investimentos nas áreas sociais.

As direções majoritárias dos sindicatos e movimentos sociais caíram no discurso do mal menor e entraram de corpo e alma na campanha petista, subordinando sindicatos e federações aos interesses partidários do PT. Agora, vamos encarar um enorme desafio: enfrentar o novo governo tendo na direção da Fasubra, e de outras entidades do funcionalismo, ferrenhos defensores do governo.

Já circula em nossas bases um discurso de que se fizermos luta, fortaleceremos a direita e abriremos o caminho para a volta de Bolsonaro. Mas, a verdade é que se não fizermos luta e não garantirmos a melhoria da vida do povo, aí sim a ultradireita voltará, culpando o PT pela continuidade da miséria.

Devemos estar atentos para as ações da ultradireita (como foi o caso do 8 de janeiro), repudiando claramente ações golpistas e reacionárias. Se preciso for, faremos unidade de ação com todos os setores da sociedade que defendam as liberdades democráticas. Mas, devemos fazer isso, não para apoiar o governo atual, e sim, para garantir o direito de auto-organização e autodefesa da classe trabalhadora. A independência da Fasubra e dos sindicatos de base é fundamental.

Não podemos esquecer que neste momento quem está no governo é o PT e é ao governo que devemos direcionar nossas exigências. Não é possível resolver os problemas do Brasil sem romper com o pagamento da dívida pública, sem romper com o teto de gastos. É necessário estatizar as grandes empresas e expropriar a riqueza dos bilionários como os Lemmans (do caso Americanas). É preciso ainda revogar a reforma da previdência, a reforma trabalhista, e a lei de terceirizações. Devemos exigir o aumento do salário-mínimo.

Junto à essas reivindicações gerais da classe, devemos defender a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, o direito de aborto às mulheres, as cotas e outras políticas reparatórias ao povo negro, a criminalização da lgbtfobia e a garantia de direitos sociais à essas pessoas (como acesso aos banheiros conforme identidade de gênero). Somente articulando a pauta geral da classe com a pauta específica de seus segmentos poderemos unificar os trabalhadores contra o capital.

Nesse marco, devemos apresentar as pautas específicas da educação, como defesa da educação pública, aumento das verbas das universidades e dos investimentos em pesquisa, ampliação das



Frente Base

vagas para concurso público, fim da Ebserh, fim do Funpresp, reposição das perdas salariais, instituição de data-base. E apresentar as também as pautas específicas da carreira.

Esse é o desafio que está colocado para os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação do Brasil. Esse é o desafio deste momento para a Fasubra.

Democracia nas IPES

A luta pela democracia nas Instituições Públicas de Ensino Superior, em especial as federais, é antiga. Somente após o término da ditadura militar, as universidades passaram a ter processos eleitorais para escolha de reitor por meio de consulta à comunidade. Até então, somente os membros dos Conselhos Superiores podiam votar. E mesmo assim, formava-se uma lista sêxtupla da qual o presidente escolhia e nomeava um dos indicados.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) foi assegurado aos docentes representação de 70% em qualquer conselho ou comissão das Universidades, relegando aos técnicos e estudantes 30% a ser dividido. Assim como o voto censitário do século XIX, os docentes se colocavam como casta superior, com mais direitos de decidir sobre o destino da universidade do que os demais membros da comunidade.

Ao longo do tempo, os técnicos foram conquistando mais reconhecimento de suas funções e atividades no fazer universitário, e isso se refletia nas representações em Conselhos e Comissões. O movimento estudantil também avançou em sua organização e passou a ocupar vagas, sempre dentro do limite dos 30%. Em algumas universidades e centros de ensino, passou-se a realizar eleições e pesquisa com paridade de votos entre os três segmentos, e em algumas experiências menores até o voto universal.

No entanto, mesmo durante os governos do PT, não foi revogada a lei, da época da ditadura, que mantinha na mão do presidente o poder de nomeação do reitor a partir de uma lista tríplice. Com a eleição de Bolsonaro, esse erro custou muito caro. Foram dezenas de universidades e institutos federais que sofreram com intervenções e designações de reitores que não haviam sido escolhidos pela comunidade, gerando crises políticas e de gestão.



Frente Base

A luta pela democracia universitária retrocedeu gravemente, a tal ponto que, em muitos locais, os sindicatos apoiaram candidaturas para reitoria que não tinham origem com o movimento sindical para evitar a nomeação de interventores bolsonaristas.

Agora, com a derrota de Bolsonaro e a volta de Lula à presidência, é hora de aprender com as lições do passado e exigir de Lula e do Congresso Nacional a revogação da Lei nº 9.192/95 e do Decreto nº 1.916/96, e que seja aprovada uma nova lei, a partir da contribuição das universidades, Fasubra, Andes e Une, que garanta total autonomia às universidades para escolha dos reitores, de modo que o processo comece e termine na instituição, sem lista tríplice e com voto paritário, assim como é nos IFs.

A luta pela democracia universitária, no entanto, não se limita a isso. Devemos lutar por paridade nos Conselhos Superiores, Comissões e demais eleições nas Universidades, rumo ao voto universal. Devemos exigir o reconhecimento do papel dos TAEs e dos estudantes na construção do ensino superior brasileiro, inclusive garantindo aos TAEs o direito a se candidatar para todos os cargos de gestão.

Relações de trabalho e carreira

Desde a década de 90 do século passado, vivemos uma contínua onda de precarização das relações de trabalho no serviço público. São exemplos dessa onda as parcerias público-privadas e o avassalador crescimento da terceirização nas universidades. No entanto, muitas das correntes políticas e sindicais agem como se fosse natural a destruição de direitos que custaram caro ao conjunto da nossa classe.

A precarização do trabalho surge com nova face a cada remodelagem da organização e gestão do trabalho. É como parte dessa remodelagem que surge o PGD, Programa de Gestão de Desempenho, trazendo consigo a expansão e generalização do produtivismo e do trabalho por tarefa, ou por peça, no serviço público.

Faz-se necessário o debate franco sobre essas “novas” formas de gestão do trabalho, fugindo da lógica da mera adequação ao que está posto ou proposto pelos governos de plantão.



Frente Base

Carreira

Após quase duas décadas de implementação do PCCTAE, permanece a necessidade de correção de uma série de distorções já sentidas desde sua implementação. No entanto, é importante afirmar que o PCCTAE, embora não seja o plano de carreira desejado e nosso projeto original, é fruto da elaboração coletiva da categoria e foi conquistado com muita luta. Bandeiras como a racionalização dos cargos, correção dos níveis e ampliação da tabela de progressão, por exemplo, continuam atuais e necessárias.

Forjado num cenário de recessão econômica e na luta contra o projeto neoliberal, o PCCTAE foi implementado em 2005. Alguns avanços sobre o projeto original foram conquistados com muita luta, como a ampliação do IQ e o aumento de seus valores (Greve de 2012) e o aumento nos percentuais do Step (Greve de 2015).

Ao longo desses anos, na busca de soluções para os diversos problemas de nossa carreira, surgiram diversas propostas, tais como a criação de macro-cargos, RSC e, mais recentemente, a criação de uma gratificação produtivista, a nova GAE.

As sucessivas Reformas da Previdência criaram uma situação de diversas subcategorias entre os TAEs. Perspectivas distintas de aposentadoria com ou sem paridade e integralidade são determinantes para o surgimento de debates e propostas que pensávamos estar superadas como Gratificação Produtivista e Gestão por Competências. Desta forma, defendemos a abertura de diálogo respeitoso e franco com os grupos de WhatsApp e Telegram que buscam soluções alternativas à revelia das organizações sindicais. Essas pessoas são parte de nossa categoria e precisam se sentir acolhidos e ganhos para a luta coletiva com os métodos de nossa classe.

Após anos de arrocho salarial, acentuado por uma inflação galopante, e a falta de perspectiva de avanços na solução dos problemas de nossa carreira e da recomposição do poder de compra da categoria, ganha força a dúvida sobre qual estratégia devemos adotar.

Na nossa avaliação, devemos seguir o exemplo da nossa experiência histórica e retomar o processo de elaboração coletiva. Neste sentido, deve-se iniciar com o aprofundamento da concepção, como feito há duas décadas, questionando: para que serve a carreira? Qual projeto de Universidade nós temos? Qual Estado queremos?

Assim, pensar em uma carreira que reconheça a experiência profissional, e que valorize o serviço e o servidor público, centrada em como o Estado pode propiciar tudo isso. Desta forma, se o Estado



Frente Base

tem uma política neoliberal, de estado mínimo, então, junto a nossa luta por carreira devemos também incorporar a defesa de um Estado máximo que garanta de forma pública todas as condições necessárias para a vida humana, como saúde, educação, emprego, moradia, lazer, segurança, transporte e a longa lista das nossas reivindicações.

Essa discussão é urgente. Passamos os 4 anos do governo Bolsonaro sem ter qualquer avanço na carreira (ao contrário com retrocessos), sem ter mesa de negociação, e mesmo assim não avançamos um centímetro numa proposta de reestruturação do PCCTAE. Agora com o novo governo, se nos furtamos a debater um projeto de carreira, vamos ser atropelados novamente, como foi com o teletrabalho.

Nesse sentido, é fundamental que lutemos que revogação dos decretos que extinguem e suspendem concursos dos cargos do PCCTAE, pela ampliação do índice dos Steps para 5%, bem como aumento do número de nível em razão do aumento do tempo de contribuição. Isso deve ser feito ao mesmo tempo em que discutimos uma reestruturação da carreira, pois diversas funções que havia no PCCTAE em 2005 já não fazem sentido e as relações de trabalho realmente mudaram. No entanto, essas mudanças devem ser feitas de modo a melhorar nossas condições de vida e trabalho e não piorar. Por isso, o debate coletivo é fundamental.

Teletrabalho

Entre o final de 2019 e o início de 2022, o estabelecimento de uma pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 impôs o trabalho remoto em diversos segmentos da classe trabalhadora. Para cessar a transmissão do vírus causador da doença, tornou-se necessário o isolamento entre indivíduos. Por isso, o trabalho remoto despontou como a solução emergencial encontrada pelo capitalismo em todo o mundo para garantir a continuidade da produção de mercadorias no cenário pandêmico. Nas universidades, essa realidade reacendeu o debate em torno do teletrabalho, um debate que remonta a meados da década de 90, mas que até então nunca havia ganhado concretude.

Com a crise do capitalismo aberta em 2008, agravou-se no Brasil um processo de recolonização que abriu uma crise no regime democrático burguês brasileiro. Como resultado, teve lugar uma erosão da classe trabalhadora através da precarização do trabalho, da individualização, da concorrência e do estímulo ao “empreendedorismo”, em que trabalhadores são chamados a serem “empreendedores de si”.



Frente Base

A tudo isso, soma-se o fato de que, apesar de um expressivo aumento no custo de vida dos trabalhadores, o governo federal recusou-se a negociar qualquer reajuste salarial com o funcionalismo público da União. Nesse cenário, os trabalhadores das universidades se viram asfixiados, entre outros, com o custo do deslocamento ao seu local de trabalho, das creches para cuidado de seus filhos, de cuidadores para a guarda de seus entes queridos idosos, de alimentar-se fora de casa, etc. Somam-se a isso as pressões do ponto eletrônico, realidade em quase todas as universidades federais brasileiras, e o caos do trânsito dos grandes centros urbanos brasileiros.

Todos os ingredientes estavam postos para que a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação visse o teletrabalho como uma melhoria das condições de trabalho e maior qualidade de vida. Se valendo deste cenário, a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia publicou no dia 31 de julho de 2020, a Instrução Normativa nº 65/2020-ME que estabelecia orientações, critérios e procedimentos gerais para a implementação do Programa de Gestão regulado pelo Parágrafo 6º do Art. 6º do Decreto nº 1.590 de 10 de agosto de 1995. Dentre as novidades trazidas pela IN 65 estava a possibilidade expressa de teletrabalho.

Em meados de maio, enquanto o tema era debatido e estudado com a categoria em diversas universidades, houve a edição do Decreto nº 11072 de 17 de maio de 2022. O Decreto nº 11.072/2022 revogou a fundamentação legal sobre a qual se fundamentava a IN 65/2020-ME. Com as mudanças de diretrizes trazidas pelo decreto, saiu de cena o Programa de Gestão e entrou em cena o que agora se chama Programa de Gestão e Desempenho. Uma das principais mudanças é a possibilidade de que o trabalhador seja obrigado a trabalhar sob o controle de metas e resultados no trabalho presencial.

No dia 13 de dezembro de 2022, no apagar das luzes do governo Bolsonaro, foi publicada a Instrução Normativa SGP-SEGES/SEDGG/ME Nº 89/2022, alterando novamente as regras do Programa de Gestão e Desempenho. Se, por um lado, boa parcela da IN é mera repetição do Decreto nº 11.072/2022, algumas previsões chamaram a atenção, como o estabelecimento de um prazo máximo para os ciclos de execução do PGD e a relação dos critérios de avaliação das entregas realizadas pelos trabalhadores. Essa IN, entretanto, não prosperou. Em 13 de janeiro de 2023, ela foi revogada. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) terá até o dia 13 de abril de 2023 para expedir uma nova regulamentação.

É importante observar que nem a IN 65 e nem o Decreto nº 11072/2022 dialogam propriamente com a expectativa que tem a categoria a respeito do teletrabalho. O Programa de Gestão e



Frente Base

Desempenho prevê a total transferência dos custos do trabalho ao trabalhador, além de impor responsabilidades desproporcionais quanto à segurança das informações e à proteção de dados necessários para o exercício de sua atividade. Também determina a divulgação de informações pessoais de contato, além de trazer para o fazer dos TAEs um contexto de produtivismo incompatível com o ambiente da produção da ciência e do conhecimento.

A sociedade capitalista, baseada na exploração do trabalho, precisa adequar cada vez mais as relações de trabalho à lógica do individualismo, da competitividade, da produtividade e de metas. O que passa a valer é o resultado, independente das condições de saúde e de vida dos trabalhadores.

A tendência é que o teletrabalhador produza mais, sobretudo pela ausência de separação entre tempo de trabalho e de não trabalho. Assim, os limites da carga horária diária podem ser perdidos. Ademais, a atomização do trabalho gera a falta da dimensão coletiva do fazer e dificulta a articulação e a luta política dos trabalhadores. A permanência nessas condições por meses ou por anos, tem potencial de produzir um danoso efeito psíquico e de trazer danos às relações sociais e familiares.

A Fasubra cometeu um grande erro na condução deste debate. Sob a alegação de estar respeitando a autonomia das universidades, a federação furtou-se a produzir uma proposta de resolução que guiasse os sindicatos de base no debate junto aos seus conselhos universitários. Pelo contrário, a federação limitou-se a publicar o texto denominado Pressupostos para a Abordagem do Teletrabalho. Esse texto, embora traga um conjunto de pressupostos que apontam na direção de resguardar a autonomia universitária e os preceitos do PCCTAE e do Decreto 5825/2006, acaba soando pouco concreto no acalorado cenário de discussão. Como resultado, o que se vê é uma grande pulverização na atual dos sindicatos de base no que diz respeito ao tema. Enquanto parte dos sindicatos atuam para conter a regulamentação do PGD, entendendo-o como retrocesso e contrário aos interesses da categoria, outra parte atua na garantia de sua implementação.

A federação volta a errar quando, passados já 9 meses desde a publicação do Decreto 11.072/2022 e dentro do prazo de estudo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, surge com uma proposta de um novo Decreto. Trata-se de um dispêndio de esforços na construção de uma proposta com remotas possibilidades de ser aplicada. Esses esforços seriam de muito mais valia se aplicados na elaboração de uma proposta de portaria ministerial a substituir a revogada IN nº 89/2022, além de uma orientação concreta às bases, na forma de uma proposta de resolução, sobre como incidir no debate nos conselhos universitários.



Frente Base

O teletrabalho, em muito ansiado pelas bases, é uma realidade sem volta. Não será possível à federação opor-se à sua implantação sem um custo político acentuado. Isso acontece justamente em razão do acentuado nível de ilusão das bases em relação aos ganhos da nova modalidade. Nesse cenário, a federação deve atuar, assim como já apontou nos Pressupostos para a Abordagem do Teletrabalho, na defesa da autonomia de cada universidade, na luta pelo respeito aos preceitos definidos no PCCTAE e no Decreto 5825/2006, na garantia de que sejam resguardadas a jornada de trabalho e as diferentes competências profissionais dos trabalhadores.

Por outro lado, se a regulamentação do teletrabalho é uma realidade sem volta, a federação deve atuar para impedir a sua implementação em tempo integral. O teletrabalho em tempo integral contribuirá inevitavelmente para a alienação do trabalhador para com o ambiente universitário. Também proporcionará o isolamento dos diversos trabalhadores, quebrando os laços de camaradagem entre colegas. A própria atuação sindical será em muito dificultada pela pulverização dos trabalhadores, tornando praticamente impossível o diálogo dos sindicatos com a base dos trabalhadores que estará permanentemente afastada dos campi. A educação pública deve ser presencial e a universidade pública deve ser um local físico e real de encontro da comunidade acadêmica para o intercâmbio das ideias e a produção do saber. Na medida em que é espaço físico e presencial, a universidade não deve prescindir do trabalho presencial de seu corpo técnico-administrativo.

O Programa de Gestão e Desempenho deve ter como protagonistas as equipes de trabalho. Para isso, a Fasubra deve atuar para que cada universidade tenha a prerrogativa de regulamentar o controle e a execução desta modalidade de trabalho. Mas para além disso, a federação deve atuar para que no interior de cada universidade seja o conjunto dos trabalhadores, e não apenas as chefias ou a administração central, aqueles que irão avaliar a viabilidade da implementação do PGD em seus setores.

A federação também deve privar-se de orientar a constituição de comissões permanentes constituída por membros indicados pelos sindicatos de base. Essas comissões devem ser fruto da eleição direta de representantes por parte dos trabalhadores. A indicação de membros para as comissões permanentes por parte dos sindicatos de base constitui-se em uma porta aberta à burocratização dos espaços, em um ataque à democracia universitária e no desperdício de um importante momento de envolvimento do conjunto dos trabalhadores em um debate sobre suas próprias condições de trabalho.



Frente Base

Sem ilusões quanto à possibilidade de o teletrabalho constituir-se em real avanço nas condições de trabalho e ganho efetivo na qualidade de vida, a federação deve estar pronta para atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores nesta modalidade e, sobretudo, pronta a acolher a inevitável frustração que esta modalidade certamente provocará.

Por fim, o teletrabalho constitui-se em um novo e profundo desafio ao fazer sindical. Se hoje a comunicação do sindicato com os trabalhadores tem sido em muito dificultada por uma cultura anti sindical estabelecida no seio de uma categoria iludida com o discurso do empreendedorismo e da meritocracia, o fato de os trabalhadores não estarem geograficamente localizados nos campi acentuará o abismo entre os sindicatos de base e a base dos trabalhadores. É fundamental que a federação se debruce sobre esta realidade, promovendo debates sobre o sindicalismo em tempos de teletrabalho e buscando soluções para organizar a luta dos trabalhadores, único caminho para um avanço concreto nos interesses da categoria.

Previdência e aposentadoria

A luta pela revogação das reformas da previdência deve ser prioridade para a Fasubra. Desde a reforma de 2003 do primeiro governo Lula, passando pela instituição do Funpresp por Dilma em 2013 até a reforma da previdência de Bolsonaro, os direitos de aposentadoria dos servidores federais foram sendo progressivamente atacado.

Atualmente, a diferença salarial e de tempo de contribuição é tão grande que muitos dos novos nem tem esperança de se aposentar ou se tem, precisam de complementação salarial para não perderem salário. Aqueles que estão perto de se aposentar também estão sofrendo com a última reforma, pois as regras de transição são duríssimas.

A longo prazo, mesmo quem aposentou com integralidade tem seus direitos ameaçados, pois se os ativos atuais contribuem no máximo com o teto do INSS e parte importante dos aposentados recebe acima do teto, o sistema tende a colapsar em algum momento. Isso é agravado com o fato de todos os anos o governo desviar recursos da seguridade social para pagar juros da dívida pública.

A solução para esse problema é acabar com o Funpresp e haver o retorno à integralidade para os ativos atuais. Somente assim, vamos poder reunificar a categoria com todos tendo os mesmos direitos. O desafio, nesse caso, é se enfrentar com o governo que aprovou e implantou esses ataques, o governo Lula/PT.



Frente Base

Nos últimos anos, vimos ainda as tentativas do governo Bolsonaro de transferir os aposentados do serviço público para o sistema unificado do INSS. Isso facilitaria a quebra da paridade entre ativos e aposentados (retirando os aposentados da folha das Universidades) e dificultaria o acesso a aposentadoria de quem é ativo hoje, pois as filas do INSS são enormes, enquanto nossos pedidos de aposentadoria saem em menos de 30 dias. Derrotar essa medida é fundamental.

Por fim, reafirmamos a necessidade de mantermos a unidade da categoria com a paridade entre ativos e aposentados. Esse princípio da Fasubra é o reconhecimento do valor daqueles e daquelas que deram suas vidas para construir a universidade pública, nossa federação e nossos sindicatos. E que merecem todo reconhecimento e retribuição pelos anos de contribuição. As discussões atuais sobre gratificações e aumento nos auxílios, que alcançam somente os ativos, são demonstrações de como o governo sempre atua para nos dividir, colocar um trabalhador contra o outro.

Devemos sempre atuar com o princípio do classismo e não do corporativismo, ou das disputas intercategoria. Somente a unidade dos TAEs em torno de uma pauta comum poderá derrotar a política econômica de fome que tem sido aplicada por todos os governos que nós tivemos no Brasil.

Hospitais Universitários

É PRECISO REALIZAR AUDITORIA NOS HOSPITAIS QUE ESTÃO SOB A GESTÃO DA EBSERH.

Assim começa toda desconstrução e desmantelamento do modelo e da finalidade dos nossos Hospitais Universitários que cumpriam seu papel no SUS. A Fundação Estatal de Direito Privado projeto do Governo FHC que tinha sido derrotada na XIV Conferência Nacional de Saúde, dará a receita para a criação da Ebserh no governo do PT.

A asfixia imposta na área de recursos humanos é ligado diretamente a Lei da Responsabilidade Fiscal de 2000, que limitou despesas com pessoal como um dos principais mecanismos de controle das contas públicas, cortando nas despesas primárias (investimentos em políticas sociais, ciência e tecnologia, previdência entre outros), priorizando o pagamento da dívida pública. A partir daí os governos passam a limitar os concursos públicos para contratação de pessoal pelo Regime Jurídico Único (RJU), e buscam substituir a necessidade de recursos humanos através de contratos precários, temporários, contratação de empresas, ONGs, etc. A repercussão desta lei é nefasta e atinge todos os níveis e setores do governo, no caso dos HUs, a terceirização para suprir força de



Frente Base

trabalho foi considerada irregular pelo TCU, que recomenda a regularização da terceirização ilícita, já que parte destes trabalhadores atuavam nas prestação de serviços de saúde, consideradas atividades essenciais e que não podiam ser terceirizadas.

A recomendação do TCU não foi cumprida com a abertura de vagas através de concursos públicos, mas sim abriu espaço para as propostas do Banco Mundial que norteavam a Reforma do Estado dos anos de 1990 e a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000.

Articulado com o MEC, o Banco Mundial fez um diagnóstico simplista, que apoiava-se apenas no aspecto custo-benefício, ou seja, os HUs realizavam procedimentos de altos custos, alta complexidade e tecnologia voltados para a medicina curativa, eram mal geridos, havia déficit de recursos humanos cujo o contrato de trabalho era rígido(RJU). Os hospitais estavam sucateados em todos os aspectos, campo tecnológico, infraestrutura e equipamentos, chegando a conclusão de que a melhor saída para a crise seria a reestruturação dos HUs, daí surge a elaboração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A Lei nº 12.550/2011 que cria a Ebserh, aprovado no Congresso Nacional em dezembro de 2011, sob o apagar das luzes do Governo Lula com o objetivo de “regularizar ” a situação dos funcionários terceirizados dos HUs em todo o país (na época cerca de 26 mil trabalhadores) não aconteceu. De fato, a precarização de contratos aumentou, bem como a alta rotatividade de trabalhadores terceirizados, afetando diretamente o atendimento aos usuários(as) do SUS.

Apesar das resoluções contrárias, dos protestos da Fasubra e sindicatos de sua base, ANDES-SN, conselhos federais de medicina, enfermagem, serviço social, ANEL, executivas de cursos e até o Conselho Nacional de Saúde, o governo Lula/PT aprovou e o governo Dilma/PT implementaram a Ebserh nos Hospitais Universitários. Contando com a subserviência de várias reitorias, que renunciaram à autonomia universitária, a Ebserh avançou em quase todas as Universidades, com exceção do Complexo Hospitalar da UFRJ que apesar de toda resistência e luta contra a entrada da empresa, encontra-se sob fase de diagnóstico pela Ebserh.

Enquanto isso, a crise dos hospitais universitários é a mesma que abate todo o SUS, e se tornou ainda mais aguda com o corte de verbas nas áreas da saúde e da educação pelo governo Bolsonaro. A Pandemia de Covid 19 que teve início em março de 2020 colocou o país na pior crise sanitária da história do Brasil. Mesmo combalido o SUS, com sua rede de hospitais, dentre eles os HUs, (considerados referência para o atendimento e tratamento do paciente com Covid 19) e unidades de atendimento, por meio de seus profissionais concursados via RJU e vários tipos de contratação,



Frente Base

contribuíram para que o número de óbitos fosse muito mais do que registramos: quase 700 mil mortes, o 2º país do mundo com maior número de óbitos por covid 19.

Mesmo com toda a luta dos trabalhadores junto aos seus sindicatos de base para impedir a entrega de seus Hospitais Universitários à Ebserh a situação dos hospitais só piorou. A redução drástica do número de leitos, a falta constante de materiais e medicações básicas, a contratação via terceirização, continuam. A principal justificativa para a implementação da empresa era regularizar a situação dos funcionários terceirizados dos HUs, mas o que se vê é justamente o contrário, hoje há diversas formas de contratação pela Ebserh e uma imensa rotatividade desses trabalhadores.

Os problemas de gestão nos diversos HUs do Brasil são semelhantes, tanto no que diz respeito à recomposição parcial da força de trabalho, quanto a presença de conflitos e diferenças legal-trabalhistas devido a diversidade de vínculos contratuais e às condições adversas de trabalho, o que resulta na desarmonia e na fragilização dos trabalhadores. A prática assediadora é ferramenta de gestão da empresa, somadas com o déficit de trabalhadores, sobrecarga e péssimas condições de trabalho, tem levado ao adoecimento físico e mental dos trabalhadores, sobretudo neste período de pandemia.

A Ebserh descumpre o contrato firmado quando não amplia o quadro de funcionários efetivos e não aumenta o número de leitos, na maioria dos hospitais que dirige. Cabe aos reitores, gestores maiores das universidades, tomarem providências e romperem este contrato.

Conclui-se que esse “novo” modelo de gestão SUS, padrão Ebserh, trouxe efeitos negativos para a gestão de recursos humanos dos HUs, uma vez que não cumpriu com suas propostas iniciais, como a regularização da força de trabalho e promoção de melhorias na gestão.

Portanto a Fasubra deve levar para mesa de negociação do governo Lula/Alckmim, a verdadeira situação em que se encontra os HUs nos estados, exigir do governo auditoria e o encerramento da contratualização da Ebserh com os HUs geridos por ela.

Combater as opressões



Frente Base

Na sociedade capitalista, a luta contra a exploração deve ser feita de forma articulada com a luta contra as opressões, pois o machismo, o racismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo, e a xenofobia são utilizados pelos ricos para dividir a classe trabalhadora e nos explorar ainda mais.

As mulheres são vítimas cotidianas de assédios, estupros e da violência machista. Desde pequenas são silenciadas, “educadas” para serem submissas e responsáveis pelos cuidados da casa. Quando adultas, ao entrarem para o mercado de trabalho, ficam com os piores empregos, os piores salários e têm que superar mais obstáculos para subir na carreira profissional. Não há reconhecimento do esforço da mulher, da dupla jornada, das dificuldades que enfrenta para conseguir ocupar os mesmos lugares que os homens. E tudo isso só favorece ao patrão, aos ricos e aos governantes, que se beneficiam do trabalho doméstico gratuito, pagam salários rebaixados, violentam e oprimem as mulheres em favor de lucros e privilégios.

Mas, ainda que os ricos sejam os principais beneficiários do machismo, os homens, mesmo os da classe trabalhadora, também se beneficiam da superexploração da mulher, ao colocar sobre elas a responsabilidade pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com a saúde da família e a educação dos filhos. Além disso, são os homens de dentro de casa que realizam a maioria dos estupros às mulheres e meninas. E a maioria dos feminicídios são praticados por companheiros ou ex-companheiros das mulheres. Isso significa que os homens da classe trabalhadora precisam tomar consciência de seus privilégios, renunciar a eles, partilhar as tarefas domésticas e combater seu machismo e dos outros homens. Somente se lutarmos juntos, mulheres e homens, poderemos acabar com a exploração.

Durante os governos do PT, de Lula e Dilma, foi criada a Secretaria das Mulheres e aprovada a lei Maria da Penha, no entanto, os recursos investidos nas delegacias da mulher, na construção de casas abrigo e em outras políticas de proteção foram insuficientes, não sendo capazes de reduzir a violência contra as mulheres e o número de feminicídios no Brasil. Com o governo Temer, essas políticas retrocederam ainda mais, e com Bolsonaro na presidência, vimos uma escalada de violência, por meio do discurso de ódio, pela facilitação de acesso às armas e pela criminalização do aborto, mesmo em casos previstos em lei.

A situação do povo negro não é diferente. O aumento do encarceramento da população negra, em especial da juventude, foi vertiginoso desde o segundo governo Lula. Com o governo Bolsonaro, vimos aumentar os casos de violência policial e crimes de ódio contra o povo negro. Os territórios indígenas e quilombolas foram invadidos por grileiros, jagunços e garimpeiros com apoio das



Frente Base

autoridades, e a violência no campo foi gigantesca. A política de cotas voltou a ser questionada e as milícias se fortaleceram ainda mais.

As mulheres negras são o alvo preferencial do racismo. Elas recebem os piores salários, ocupam os piores empregos, têm menos direitos e em grande parte das vezes são responsáveis pelo lar sozinhas. As mulheres negras são vítimas da violência machista, assédios, agressões e estupros, e a polícia muitas vezes se nega a atendê-las. Ao contrário, parte do sofrimento das mulheres negras é ver seus filhos, muitas vezes menores de idade, serem vítimas da violência policial ou aliciados pelo tráfico.

Embora Lula tenha indicado Silvio de Almeida e Anielle Franco para os ministérios dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial, somente a representatividade não é suficiente para resolver o problema do povo negro. É preciso descriminalizar as drogas, desmilitarizar a PM, fortalecer as políticas de cotas e os serviços públicos, e adotar políticas mais efetivas de reparação ao povo negro.

A população LGBTQIAPN+ também vem sofrendo com o aumento da violência e a discriminação. As dificuldades para pessoas trans conseguirem terminar os estudos, em razão do preconceito é enorme e coloca essas pessoas em situação de desamparo pela dificuldade de conseguir um emprego formal. Recentemente, tem sido discutido nas universidades e escolas a questão direito de uso dos banheiros conforme a identidade de gênero. Essa pauta deve estar no cotidiano dos nossos sindicatos. Os estupros corretivos e a falta de políticas de saúde para mulheres bissexuais, lésbicas ou trans é também uma expressão da violência, do preconceito e do machismo. É preciso ter políticas públicas de inclusão, proteção e promoção da diversidade sexual.

A xenofobia também cresceu nos últimos anos. Os casos de violência contra os povos venezuelanos, angolanos (caso Moïse), bolivianos e haitianos são expressão do discurso de ódio promovido por Bolsonaro. Devemos exigir do governo Lula medidas de proteção, acolhimento e fornecimento de condições para que essas pessoas possam reestruturar suas vidas em nosso país. A classe trabalhadora é internacional, e não podemos permitir que o discurso xenófobo e nacionalista crie mais divisões entre os trabalhadores.

Os povos indígenas também sofreram nas mãos do governo Bolsonaro. A falta de demarcação de terras pelos governos anteriores, o desmonte da Funai e do Ibama e o incentivo à madeireiras e garimpeiros para invadirem a Amazônia fez ampliar nos últimos anos a violência no campo, em especial contra os povos indígenas. O caso do povo Yanomami é a expressão mais cruel dessa



Frente Base

violência. Em 2021, os povos indígenas fizeram o maior levante (documentado) de sua história contra o Marco Temporal e pela demarcação de suas terras. Devemos lutar, ombro a ombro com os povos tradicionais, contra o Marco Temporal e pela demarcação das terras indígenas. Terra para os indígenas é vida, e indígena com terra é garantia da proteção da floresta e do meio ambiente.

O preconceito e a falta de políticas de inclusão das pessoas com deficiência (PCDs) também foi uma marca dos últimos governos. Mesmo no caso das pessoas surdas, que tiveram certo destaque no governo Bolsonaro, houve um revés nas políticas de contratações de tradutores e intérpretes de Libras, como no caso do PCCTAE em que está proibida a realização de concurso para este cargo.

Nas Universidades, que deveriam ser locais de referência no combate às opressões e um exemplo de políticas de inclusão e acessibilidade, o que vemos é um total descaso. Falta estrutura física, como rampas de acesso, faltam equipamentos, como impressora braile, falta pessoal preparado para atender as PCDs, faltam tradutores de Libras, letores, assistentes de aluno. Os casos de machismo e assédio são cotidianos e as políticas de combate e/ou punição são frágeis ou mesmo inexistentes. Os processos administrativos são formais e quase sempre não dão em nada. Recentemente, mais um caso veio a público e choramos por Janaína da Silva Bezerra, vítima de estupro e feminicídio durante uma calourada, dentro da UFPI. Janaína, presente!

Também são comuns os casos de racismo e LGBTfobia nas universidades. Desde as relações de poder entre docentes e técnicos, passando pelos casos de assédio (em especial contra alunas), mas também nas reduzidas políticas estruturais de cotas nas seleções (para graduação e pós-graduação) e nos concursos, onde quase não há vagas para negros. As políticas de assistência estudantil, em especial de permanência, sofrem sucessivos cortes atingindo justamente os alunos negros por serem os mais pobres. É preciso articular a luta sindical com a luta contra as opressões e contra a discriminação nas Universidades.

Em relação às comunidades indígenas, houve um desmonte da SECADI/MEC e sucessivos cortes de verbas de cursos como Prolind e Educação do Campo, com destinação de pouquíssimas vagas de concurso e contratação de professores indígenas. É preciso lutar por cotas para indígenas em todos os cursos de graduação, e fortalecer as Licenciaturas Interculturais Indígenas. As universidades devem ser lugar do povo e todos os povos devem se ver nas universidades. Os projetos de extensão e pesquisa também devem se voltar para essas comunidades que possuem necessidades especiais e dependem de políticas públicas para seu atendimento.



Frente Base

Sabemos que as universidades não são bolhas, que estão inseridas dentro da sociedade e que, por isso, reproduz todas as formas de violência e preconceito. No entanto, devemos praticar e ser exemplos de uma concepção não excludente, transformadora e igualitária.

A luta contra as opressões também deve ter lugar privilegiado no movimento sindical. É inaceitável que casos de machismo, racismo e homofobia ocorridos dentro das entidades sindicais, nas assembleias e nos atos, fiquem impunes. É necessário promover formação política para a categoria e para as direções sindicais, para que possamos superar o preconceito e as práticas de violência. O fazer sindical arcaico, centrado na figura do grande líder, que sabe tudo e a quem a base deve seguir cegamente, precisa ser superado. Precisamos de um movimento sindical renovado, sem burocracia, sem gritos e sem ameaças. Somente superando as práticas de assédio e violência no movimento sindical, vamos superar a crise de representatividade de nossas entidades.

Basta de machismo, racismo e LGBTfobia!

Direção da Fasubra

Mesmo ante aos ataques às universidades públicas brasileiras e ao arrocho salarial enfrentado por seus trabalhadores ao longo de todo o governo Bolsonaro, a direção majoritária da Fasubra não apostou na mobilização da nossa categoria. Mostrando pouca disposição para derrotar nas ruas a política da ultradireita, esse agrupamento limitou suas ações a buscar apoio parlamentar às demandas dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação. Como resultado, essa política tem levado a federação a afastar-se e a desgastar-se perante a categoria.

Ainda durante o mandato de Bolsonaro, a direção nacional assumiu o papel de se contrapor às iniciativas surgidas nas bases que pudessem gerar um embate direto com o governo. Sob a justificativa de que o governo seria fascista e de que combatê-lo diretamente exporia a federação, os sindicatos de base e os próprios militantes ao risco da repressão, a direção majoritária da federação priorizou a eleição de Lula como estratégia. Como consequência as discussões políticas vem sendo cada vez mais negligenciadas nas plenárias.

O mesmo fenômeno aconteceu no XIII Confasubra. Naquele momento a categoria dos TAEs já amargava as perdas salariais e de direitos trabalhistas e, mesmo assim, a direção majoritária da federação direcionou seus esforços à soltura de Lula e à sua própria disputa eleitoral interna.



Frente Base

O último congresso marcou uma mudança na correlação de forças dentro da federação. O Sonhar Lutar, que aglutinava correntes como o Vamos à Luta e o Travessia, saiu como força política vitoriosa, elegendo o maior número de coordenadores. Essa mudança, porém, não resultou em uma mudança na orientação política da federação. Seguiu como prática o privilégio à via parlamentar e de conciliação em detrimento ao enfrentamento e à luta. No último congresso a Frente BASE compôs junto com Combate e PSLivre a Chapa 01 - Fasubra Combativa, Livre e pela Base, a única chapa que defendeu e segue defendendo a independência de classe e a realocação da Federação para o campo das lutas.

A política de apatia no enfrentamento aos governos da hora tem levado os trabalhadores a grandes perdas salariais, à deterioração das condições de trabalho e à perda de qualidade de vida. No governo Temer, por exemplo, houve disposição da categoria em deflagrar uma greve. Iniciativa que foi negligenciada pela direção da Federação. Mesmo com a vitória de Bolsonaro, que impôs um governo de extrema direita e implantou com autoritarismo uma política genocida e de ataque brutal aos trabalhadores, a Fasubra não fez esforços para organizar o enfrentamento.

No primeiro semestre de seu governo, Bolsonaro enfrentou o Tsunami da Educação, um levante feito por estudantes e trabalhadores que responderam contra os desmandos do governo para com a educação. Esse movimento ascendeu a vontade de luta dos TAEs. Na plenária da Fasubra no final de 2019, havia universidades como UFSC com indicativo de greve, iniciativa que foi freada por grande parte da direção antes que se espalhasse pelas demais universidades.

No início de 2020, o estabelecimento da pandemia de Covid-19 tornou mais difícil implementar as lutas nos moldes da atuação histórica do movimento popular e sindical. Por um tempo, as grandes mobilizações e os atos de rua não puderam ser realizados devido à necessidade de isolamento social para conter o contágio da doença. Entretanto, a política desastrosa e genocida com a qual o governo federal tratou a pandemia causou um excesso de mortes no país, trazendo a necessidade dos trabalhadores das universidades de encampar uma luta pela preservação de suas próprias vidas ao se verem obrigados a voltar ao trabalho presencial sem que houvesse condições sanitárias que permitissem esse retorno. Diante desta imposição, houve a deflagração de greve sanitária em algumas universidades como a UFLA e a UFPE. Essas paralisações também não tiveram a devida atenção da direção da Fasubra que, de imediato, deveria ter dado forte apoio e mesmo incentivado outras universidades a fazerem o mesmo.



Frente Base

Em 2022, houve deflagração de greve em algumas universidades como UFSC, UFJ e UFMG, com grandes possibilidades de expansão para as demais universidades. Além disso, o Sinasefe-SN também deflagrou greve. Insistindo em culpar o ANDES-SN, mais uma vez a direção majoritária tratou de ignorar o movimento grevista já iniciado em sua base e deflagrado no Sinasefe, evitando assim a sua expansão para as demais IFES. Por conta de sua postura de inércia nas lutas, e por preferir apostar no parlamento, a Fasubra se viu diante de uma grande contradição: a despeito de ter feito movimento grevista em todos os governos anteriores, no governo de Bolsonaro, considerado pela própria federação como o pior dos governos brasileiros, não houve nenhum embate.

Em 2022 também aconteceram as eleições gerais no Brasil. Mantendo sua política cotidiana, a majoritária da direção da Fasubra colocou a federação a serviço da eleição de Lula para presidente. A decisão de apoiar Lula desde o primeiro turno foi feita sem qualquer ressalva e sem deixar espaço para qualquer ponderação política. Agora com Lula eleito, é preciso exigir da nova direção que será eleita no XIV Confasubra, a retomada da independência da nossa federação em relação a qualquer governo, seja de direita, extrema direita ou mesmo de frente ampla como é o atual governo. Só assim conseguiremos avançar na consciência de classe, na remuneração salarial e em direção a condições de trabalho dignas, contribuindo para o avanço da classe trabalhadora no geral.

É preciso construir uma nova direção para a Fasubra, a partir dos coletivos que defendem a independência de classe e a ação direta como método para mobilização. Por isso, convocamos a categoria a fortalecer a Frente BASE e os demais coletivos combativos da Fasubra a construírem o Bloco de Lutas como essa alternativa de direção.

Plano de Lutas

Enquanto escrevíamos este texto, estava acontecendo a mesa de negociação com o governo federal para tratar do reajuste salarial emergencial dos servidores públicos federais. Quando o Confasubra estiver acontecendo, provavelmente, as negociações desse reajuste já terão terminado. Portanto, nossa elaboração de plano de lutas não toca somente o reajuste emergencial, mas busca elaborar um plano de lutas para todo o período da próxima gestão da Fasubra, isto é, de 2023 a 2026, englobando quase todo o governo Lula.



Frente Base

A primeira tarefa que está colocada é a recomposição das perdas inflacionárias dos últimos anos. Somente no governo Bolsonaro, tivemos quase 27% de perdas. Se somarmos todas as perdas desde 2010 esse índice ultrapassa 60% (segundo levantamento do Sinasefe-SN e Dieese). Nossa carreira, que já possui o pior piso do funcionalismo federal, não suportará mais 4 anos de arrocho. A cada dia mais trabalhadores das universidades procuram um segundo emprego, um bico, e formas de reduzir o custo de vida, porque os salários estão corroídos pela inflação e pela falta de reajuste. Assim, a recomposição das perdas salariais deve ser nossa luta prioritária neste período.

No entanto, nossa carreira também deve ser pautada nas mesas de negociação específica. Diversos cargos do PCCTAE foram extintos ou estão com concursos suspensos. A política de capacitação foi centralizada na ENAP e os recursos de capacitação nas IFES foi reduzido ao mínimo possível. A política de licença capacitação foi atacada com o Decreto 9991/19. Esse decreto e diversos outros publicados nos últimos anos devem ser revogados. É preciso trabalhar na reestruturação da carreira e a Fasubra está muito atrasada nesse debate. Se não construirmos uma proposta própria, seremos atropelados pelo governo, assim como aconteceu na implantação do teletrabalho.

Também deve estar em nossa pauta a luta pela democracia nas universidades, incluindo eleição paritária para reitoria, realizada com toda a comunidade universitária, e o fim da lista tríplice. Já vimos o perigo de uma lei antidemocrática nas mãos de um governo com tendências autoritárias.

Devemos também centrar nossa luta pela jornada de trabalho flexibilizada. A proposta de decreto elaborada pela Fasubra para o teletrabalho, na prática, abandona essa luta, deixando os trabalhadores à mercê de gestores que querem implantar o trabalho por produtividade (trabalho por peça), como já ocorre em outros setores. Essa mudança vai levar a uma fragilização ainda maior do movimento sindical.

Os trabalhadores dos hospitais, que se sacrificaram durante a pandemia, continuam sob o jugo da Ebserh e sendo cada vez mais escanteados em seus locais de trabalho. A Fasubra abandonou a luta pelo fim da Ebserh sem nem mesmo orientar a organização desses trabalhadores nos sindicatos de sua base. Esse enorme erro político também permitiu que a Condsef entrasse em nossas bases e dividiu ainda mais os trabalhadores das universidades.

A luta pela revogação da reforma da previdência e pelo fim do Funpresp é outra luta fundamental para unificar a categoria. Os aposentados atuais possuem direitos que as gerações mais novas não possuem, como a integralidade. Existe um abismo entre os valores de aposentadoria dos servidores antigos (e aposentados) e dos novos. Por isso, há um enorme movimento por gratificação ao invés



Frente Base

de reajuste no salário base. Sabemos, no entanto, que a política de gratificação representa uma vitória para o governo e derrota para servidores novos e antigos. Por isso, é preciso lutar por aposentadoria integral aos ativos ingressantes após 2013 e reajuste salarial para ativos e aposentados, mantendo a paridade.

Outras pautas poderiam estar sendo travadas, como o Reconhecimento de Saberes e Competências como forma de acessar o incentivo a qualificação, no entanto, é preciso superar os preconceitos da atual direção para podermos avançar coletivamente nessas propostas.

Nenhuma dessas lutas será possível se a Fasubra seguir fazendo o sindicalismo como faz hoje. A maior parte dos sindicatos de base está perdendo filiados (tanto ativos quanto aposentados), devido às derrotas que sofremos, à crise geracional e aos métodos burocráticos com que muitos sindicatos são conduzidos. A rejeição à Fasubra na base é enorme, em grande medida com razão, visto que a Fasubra se tornou, nos últimos anos, ponto de apoio para a campanha petista de recondução de Lula ao poder, em detrimento das lutas por melhores condições de vida.

Para conseguirmos as conquistas deste plano, os sindicatos da base da Fasubra e a própria federação devem mudar profundamente. É inaceitável a prática de assédio e calúnias no movimento sindical, os ataques pessoais e as manobras nas conduções de assembleias e eleições. O domínio burocrático da máquina sindical só tem gerado afastamento dos “derrotados”, perpetuando aqueles que dirigem o movimento para interesses próprios. Os novos trabalhadores devem ser convidados a participar do movimento e encontrar um espaço agradável e aberto para a discussão política.

Nada disso vai acontecer se aqueles que dirigem os sindicatos e a federação há anos continuarem ocupando esse lugar. Se queremos uma Fasubra diferente e um movimento sindical renovado, classista e combativo, será preciso fortalecer o movimento de base, fortalecer a Frente BASE e o Bloco de Lutas na Fasubra, com objetivo de construirmos uma nova direção política para a categoria no Brasil. Venha conosco construir esse projeto!

Um chamado à construção da Frente Base

O Congresso da Fasubra é espaço de ampliar o debate, apresentar as diferentes análises e políticas para a atual conjuntura. Este debate que também fizemos dentro da Frente Base, reafirma que se não aprendermos com a história, poderemos perder o bonde e desorganizar e desmobilizar a classe



Frente Base

trabalhadora. Não podemos permitir vacilações na organização dos trabalhadores e este foi esforço desta longa tese. Queremos, a partir desta tese, consolidar os elementos que nos unem, demarcar o viés classista e contra a conciliação de classes dos ativistas que compõem a Frente Base. Queremos que esta tese, assim como as anteriores, faça parte do nosso histórico de acumulação teórica, marcando nossas diferenças e posições.

E, junto com isso, queremos convidar cada companheiro e companheira que participa da vida ativa da Universidade, a se somar nas lutas tendo como referência a independência de classes, a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia, a organização pela base e a mobilização como forma de lutas. Queremos convidar todos e todas a romper com o corporativismo, para uma luta unificada da classe trabalhadora, junto à CSP-Conlutas. Por fim, queremos que cada trabalhador e trabalhadora nunca perca do horizonte que a nossa maior luta é luta pela transformação social, a luta por uma sociedade socialista!

Assinam esta tese:

Paulo de Tarso Silva Aragão, UFPE, Coordenador Sintufepe, DN da Fasubra; Alexandro Chagas Florentino, UFF; Cleide Pereira da Silva, UFRN; Conceição de Maria, UFRN; Daniel Campos Pompermayer, Ufes, Coordenador Sintufes; Danilo Mikel Diniz Cabral de Araújo, UFPE, Coordenador do SINTUFEPE; Edna Maria Araujo, UFRN; Filipe Skiter, UFES, Coordenador Sintufes; Gabriel de Barros Moreira Beltrão, UFPB; Gabriel de Melo, UFRJ; Izabel Cristina Firmino, UFF, Coordenação Sintuff; José Sebastião Andrade de Melo, SinDUFLA; K. G. Tolstoy, UERJ; Katia Telles, UFPE; Kelvin Novakoski de Oliveira, UFSC, Coordenação SINTUFSC; Lara Gobira, UFES; Lenilson Santana, UFPE, Coordenador do SINTUFEPE; Magno Patrick Pickhardt, Ufes, Coordenador Sintufes; Marcius Vinicius Barcelos, UFSJ; Maria José Rassele Soprani, UFES; Marina Silveira Soares, UFSC; Mauricio de Souza, UFPR; Raoni de Lucena Souza, UFF, Coordenação Sintuff; Sandra Guizan, UFF, Coordenação Sintuff; Simea Freitas, UFTM; Sônia Maria, UFRN.